Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia e em Farroupilha e Carlos Barbosa, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Grendene desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13

Não houve alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

a) Demonstrações financeiras individuais

Em reunião da diretoria executiva realizada em 7 de fevereiro de 2014, as demonstrações financeiras da Grendene S.A. foram apreciadas, revisadas e autorizadas à emissão.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei n° 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13-Continuação

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

A partir do segundo trimestre de 2013, as empresas A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a Grendene UK Limited, passam a fazer parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito na Nota 10.c.

Não há em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

c) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2014:

 IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se a norma que será efetiva a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2015:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

- 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13-Continuação
 - c) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando, mas não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
 - IFRIC 21 Taxações Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxação são claros. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

d) Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

- 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13-Continuação
 - d) Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627/13--Continuação
 - (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio, e;
 - (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Medida Provisória têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014, que é facultada às empresas pela Medida Provisória, pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos até a data de publicação desta MP, bem como juros sobre capital próprio e resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia acompanha as diversas emendas já propostas no legislativo ao texto da Medida Provisória e tomará a decisão de adoção antecipada ou não quando esta se transformar em Lei ou, antes se assim for determinado por atos da Receita Federal (a data para a escolha ainda não está definida na legislação). Não obstante isto, a Administração elaborou estudos dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que:

- a) a sua adoção antecipada eliminaria o risco da tributação da parcela dos dividendos pagos com base na contabilidade societária excedidos aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os valores apurados nos referidos estudos, são considerados imateriais pela Administração da Companhia.
- b) a alteração trazida pelo art. 2° da Medida Provisória n° 627/13 ao Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (dispositivo legal que trata do lucro da exploração), introduziu norma que, de forma expressa, passou a determinar a exclusão das receitas decorrentes de subvenções para investimentos no cálculo do lucro da exploração. A Companhia sujeitar-se-á a esta nova regra de forma facultativa a partir de 2014 ou obrigatória a partir de 2015. De acordo com os estudos promovidos, este dispositivo legal afetará a tributação incidente sobre os incentivos estaduais no momento em que integrarem a base de dividendos. Essa alteração poderá influenciar a decisão futura da Companhia sobre a proporção do Lucro Líquido a ser distribuído (payout) de acordo com a política de distribuição de dividendos da Companhia, cujo percentual é definido anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

		Participação Direta	Participação Direta
	País	2013	2012
Grendene Argentina S.A.	Argentina	95,00%	95,00%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited	Reino Unido	100,00%	-
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	42,50%	-

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- **Grendene Argentina S.A.**: empresa sediada na Argentina, suas atividades concentram-se na comercialização e abastecimento do mercado argentino.
- MHL Calçados Ltda.: empresa sediada no estado da Bahia, suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
- **Grendene USA, Inc.**: empresa sediada nos Estados Unidos, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano.
- **Grendene UK Limited**: empresa sediada no Reino Unido, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos.
- A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.: empresa sediada no Brasil, suas atividades concentram-se na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas:
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
 - b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas U\$ Dólar, Peso Argentina e Libra Esterlina são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - c.1) Ativos financeiros--Continuação
 - c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
 - d) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1a., c.1b. e c.1c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

- c) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - c.2) Passivos financeiros--Continuação
 - b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e derivativos.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têmse a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 18.a.

c.5) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.6) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "*Hedge*", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "*hedge accouting*".

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 18.b. A Companhia não opera com derivativos para fins especulativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

A provisão para descontos por pontualidade é constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de revendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foi constituída provisão em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como ágio (goodwill).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que este valor talvez não seja recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de impairment os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 – R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *goodwill* de aquisição de controlada está registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão para ajuste de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

I) Tributação

1.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

I) Tributação--Continuação

1.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 16).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício é registrada em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 20.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 15.g.

o) Informações por segmento

Os segmentos da Companhia e suas controladas são os seguintes: i) a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo e, a partir do segundo trimestre de 2013, ii) a comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. As informações por segmento estão divulgadas na Nota 22.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Áreas que requerem maior nível de julgamento e que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

r) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

t) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades de investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital e/ou reservas de lucros.

5. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	20.515	3.716	25.531	7.914
Aplicações financeiras	4.225	4.409	13.829	6.575
Total de caixa e equivalentes	24.740	8.125	39.360	14.489
Aplicações financeiras				
Títulos ao valor justo por meio do resultado	119.548	183.989	119.548	183.989
Títulos mantidos até o vencimento	575.057	675.432	575.057	675.432
	694.605	859.421	694.605	859.421
(-) Total do ativo circulante	(392.665)	(465.032)	(392.665)	(465.032)
Total do ativo não circulante	301.940	394.389	301.940	394.389
Total	719.345	867.546	733.965	873.910

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras são classificadas em "Títulos ao valor justo por meio do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia, e possuem liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

Títulos vencidos de 61 até 90 dias

Títulos vencidos há mais de 91 dias

	Controla	adora	Consoli	idado
	2013	2012	2013	2012
Títulos a vencer	823.567	704.425	902.975	793.984
Títulos vencidos até 30 dias	39.888	33.698	40.242	45.663
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.664	3.103	4.017	4.742
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.053	662	1.072	670
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.180	22.826	7.493	23.238
	875.352	764.714	955.799	868.297
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.219)	(18.722)	(3.489)	(18.859)
Provisão para descontos por pontualidade	(38.551)	(34.617)	(39.013)	(35.205)
Ajustes a valor presente – AVP	(8.366)	(5.714)	(13.249)	(8.084)
	825.216	705.661	900.048	806.149

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno em ambos os exercícios foram de 97 dias, e para o mercado externo de 73 e 76 dias, respectivamente.

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	201	13	20	12	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	
Títulos a vencer	823.567	_	704.425	_	
Títulos vencidos até 30 dias	39.888	(2)	33.698	(3)	
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.664	(2)	3.103	(6)	
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	1.053	(9)	662	(13)	
Títulos vencidos há mais de 91 dias	7.180	(3.206)	22.826	(18.700)	
	875.352	(3.219)	764.714	(18.722)	
		Consoli	idado		
	201	13	20	12	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	
Títulos a vencer	902.975	-	793.984	-	
Títulos vencidos até 30 dias	40.242	(2)	45.663	(3)	
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	4.017	(2)	4.742	(6)	

1.072

7.493

955.799

(9)

(3.476)

(3.489)

670

23.238

868.297

(13)

(18.837)

(18.859)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Control	adora	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício	(18.722)	(16.285)	(18.859)	(16.458)	
Adições Realizações	(5.013) 19.126	(7.045) 4.437	(6.093) 19.143	(7.255) 4.678	
Reversões Variação cambial	1.390 -	171 -	2.318 2	176	
Saldo no final do exercício	(3.219)	(18.722)	(3.489)	(18.859)	

A movimentação da provisão para desconto pontualidade está demonstrada a seguir:

	Controla	ndora	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício	(34.617)	(28.778)	(35.205)	(29.231)	
Adições	(126.205)	(18.489)	(127.394)	(18.725)	
Reversões/realizações	122.271	12.650	123.586	12.751	
Saldo no final do exercício	(38.551)	(34.617)	(39.013)	(35.205)	

8. Estoques

Control	adora	Consoli	dado
2013	2012	2013	2012
42.119	25.097	62.434	41.460
33.146	28.512	33.604	28.804
48.823	46.339	49.315	46.633
11.226	8.367	11.354	8.540
22.656	16.094	22.784	16.193
381	334	3.622	334
5.463	16.076	5.464	16.076
10.229	6.310	10.229	6.310
11.712	13.029	11.712	13.029
(4.046)	(3.260)	(4.794)	(3.435)
181.709	156.898	205.724	173.944
	2013 42.119 33.146 48.823 11.226 22.656 381 5.463 10.229 11.712 (4.046)	42.119 25.097 33.146 28.512 48.823 46.339 11.226 8.367 22.656 16.094 381 334 5.463 16.076 10.229 6.310 11.712 13.029 (4.046) (3.260)	2013 2012 2013 42.119 25.097 62.434 33.146 28.512 33.604 48.823 46.339 49.315 11.226 8.367 11.354 22.656 16.094 22.784 381 334 3.622 5.463 16.076 5.464 10.229 6.310 10.229 11.712 13.029 11.712 (4.046) (3.260) (4.794)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para ajuste dos estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Control	adora	Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício	(3.260)	(2.963)	(3.435)	(3.073)	
Adições	(7.198)	(561)	(10.101)	(807)	
Reversões/realizações	6.412	264	8.681	436	
Variação cambial	-	-	61	9	
Saldo no final do exercício	(4.046)	(3.260)	(4.794)	(3.435)	

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

9. Créditos tributários

	Contro	ladora	Consol	lidado
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda retido na fonte	1.546	9.500	1.728	9.725
IPI a recuperar	1.129	420	1.341	421
ICMS a recuperar	6.192	5.551	8.631	7.758
PIS a recuperar	51	64	51	65
COFINS a recuperar	232	295	232	302
INSS a recuperar	7.775	11	7.833	11
Impostos a recuperar – Controladas exterior	-	-	2.778	2.183
	16.925	15.841	22.594	20.465
(-) Total ativo circulante	(16.362)	(15.319)	(22.031)	(19.943)
Total do ativo não circulante	563	522	563	522

a) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

b) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Créditos tributários -- Continuação

d) INSS a recuperar

Corresponde ao saldo INSS, a ser compensado com o próprio tributo.

10. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consol	idado	
	2013	013 2012 2013		2012	
Empresas controladas Ágio de controlada	63.011 3.141	52.903	-	-	
Lucros não realizados em controladas	(3.656)	(2.664)	-	-	
Outros investimentos	877	877	877	877	
	63.373	51.116	877	877	

b) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Contro	ladora	lora Conso	
	2013	2012	2013	2012
Saldos no início do exercício	51.116	31.141	877	1.670
Adições	-	27	-	27
Aquisição de controladas	8.184	-	-	-
Ágio de controlada	3.141	-	-	-
Aumento de capital de controlada	3.787	4.060	-	-
Baixa	-	(820)	-	(820)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.822)	16.382	-	` -
Diferenças cambiais sobre controladas no				
exterior	(33)	326	-	-
Saldos no final do exercício	63.373	51.116	877	877

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

c) Novas controladas

c.1) A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.

Através de decisão tomada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2013 e documentada na 49ª Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a aquisição de 42,5% do capital total, equivalente a 50,1% do capital votante da empresa A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., desta forma adquirindo o controle da empresa.

A A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., já está em atividade, porém não iniciou a produção que terá como objetivo a venda de móveis e complementos feitos a partir do plástico, com design sofisticado e custo acessível para a classe média, e portanto ainda não gera receitas.

A Controladora, reconheceu um ágio de R\$3.141, decorrente da aquisição da desta controlada, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura associada ao desenvolvimento de novas tecnologias e abertura de novos mercados, tendo como premissa a oportunidade de atuar no segmento de móveis e complementos fabricados a partir do plástico, em escala industrial, com design sofisticado e custo acessível para classe média.

O investimento aprovado é de R\$52 milhões para as atividades iniciais, cabendo a Grendene S.A., o valor de R\$22,1 milhões que corresponde a 42,5% relativos à sua participação no capital total desta Controlada, o qual ainda não foi totalmente integralizado.

c.2) Grendene UK Limited

Através de decisão tomada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de novembro de 2011 e documentada na 43ª Ata de Reunião de Conselho de Administração, foi aprovada a constituição da Grendene UK Limited, sobre a qual a Controladora deterá o controle acionário através de 100% do capital total.

A controlada terá como objetivo a representação comercial e distribuição de produtos da Companhia no Reino Unido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

d) <u>Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta</u> (consolidadas)

		ndene na S.A. (*)		alçados da.	Grende Inc. (ne USA, (*) (**)	Grender Limited		A3NP Inc Comér Móveis S	cio de
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo	89.658 5.670 95.328	112.796 2.188 114.984	17.363 1.294 18.657	14.358 1.980 16.338	23.487 7.239 30.726	16.937 6.867 23.804	1.398 3.748 5.146	-	6.577 4.927 11.504	<u>-</u>
Total do ativo	93.320	114.904	10.037	10.330	30.726	23.004	3.140		11.304	_
Passivo circulante	73.191	90.395	4.532	2.516	11.913	8.082	626	-	862	-
Total do passivo	73.191	90.395	4.532	2.516	11.913	8.082	626	-	862	-
Patrimônio Líquido das controladas Percentual de	22.137	24.589	14.125	13.822	18.813	15.722	4.520	-	10.642	-
participação Participação no patrimônio	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	-	42,50%	-
líquido (investimento)	21.030	23.359	14.125	13.822	18.813	15.722	4.520	-	4.523	-
		ndene na S.A. (*)	MHL Calçados Ltda.			ne USA, (*) (**)	Grende Limite		A3NP Ind Comérc Móveis S	cio de
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receitas Custos e despesas	93.622 (92.350)	155.488 (137.720)	29.052 (28.749)	30.513 (28.028)	24.811 (26.495)	19.544 (22.841)	312 (2.267)	-	714 (16)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das controladas	1.272	17.768	303	2.485	(1.684)	(3.297)	(1.955)	-	698	-
Percentual de participação	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	-	42,50%	-
Resultado de equivalência patrimonial Lucros não realizados	1.209 12	16.879 791	303	2.485	(1.684) (1.004)	(3.297) (476)			297 -	-
Total do resultado de equivalência patrimonial	1.221	17.670	303	2.485	(2.688)	(3.773)	(1.955)	-	297	_

14.182

(16.037)

(1.855)

(69.468)

71.831

2.363

4.883

(141)

4.742

Caixa líquido das atividades operacionais

Caixa líquido das atividades

Caixa líquido das atividades de financiamento

Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa

de investimento

(6.095)

(102)

(6.197)

256

(232)

2.011

2.035

(3.314)

(936)

4.059

(191)

(5.255)

(191)

5.709

263

(4.906)

(2.055)

10.003

3.042

^(*) Auditadas por outros auditores independentes.

^(**) Valor consolidado da controlada Grendene USA, Inc. e a controlada indireta Grendene New York, L.L.C.; Valor consolidado da controlada Grendene UK Limited. e a controlada indireta Grendene Italy,SRL.; e Valor consolidado da controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a controlada indireta Z Plus EUR Company S.R.L..

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado

				Control	ladora			
				201	13			
				Equipamentos				
		Máquinas		de		Imobilizado		
	Terrenos			processamento		em	0	T-4-1
Ouata da imabilizada	e prédios	e instalações	utensillos	de dados	Ferramentas	andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado	457 474	057.000	40.450	00.500	0.000	40.000	0.000	475.004
Saldo no inicio do exercício	157.171	257.833	12.450	20.596	3.862	13.323	9.996	475.231
Aquisições	3.428	51.473	2.196	4.797	495	56.024	10.603	129.016
Baixas		(4.180)	(60)	(1.629)	(10)	(1.634)	(1.657)	(9.170)
Transferências	4.829	19.744	2.262	(12)	(71)	(24.293)	(2.459)	
Saldo no final do exercício	165.428	324.870	16.848	23.752	4.276	43.420	16.483	595.077
Depreciação acumulada (*)	4%	10%	10%	20%	20%	-	10 e 20%	-
Saldo no início do exercício	(79.057)	(160.299)	(6.527)	(13.435)	(2.753)	-	(3.602)	(265.673)
Depreciação	(5.716)	(18.836)	(1.149)	(2.657)	(443)	-	(643)	(29.444)
Baixas	-	3.692	27	1.462	9	-	1.080	6.270
Transferências	-	(83)	-	-	83	-	-	-
Saldo no final do exercício	(84.773)	(175.526)	(7.649)	(14.630)	(3.104)	-	(3.165)	(288.847)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2012	78.114	97.534	5.923	7.161	1.109	13.323	6.394	209.558
Saldo em 31/12/2013	80.655	149.344	9.199	9.122	1.172	43.420	13.318	306.230

				Control	adora			
				201	12			
	Terrenos e prédios			Equipamentos de processamento de dados	Ferramentas	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado	c prodios	c matarações	aterianios	uc uuuus	retramentas	andamento	Outros	Total
Saldo no inicio do exercício	153.605	240.782	10.526	17.454	3.378	3.958	5.846	435.549
Aquisições	1.838	21.173	1.759	4.149	316	17.611	5.395	52.241
Baixas	(296)	(10.110)	(55)	(1.503)	(16)	(363)	(216)	(12.559)
Transferências	2.024	5.988	220	496	184	(7.883)	(1.029)	-
Saldo no final do exercício	157.171	257.833	12.450	20.596	3.862	13.323	9.996	475.231
Depreciação acumulada (*)	4%	10%	10%	20%	20%	-	10 e 20%	-
Saldo no início do exercício	(73.521)	(152.922)	(5.677)	(12.293)	(2.326)	-	(3.238)	(249.977)
Depreciação	(5.539)	(16.895)	(889)	(2.061)	(392)	-	(468)	(26.244)
Baixas	3	8.979	40	1.409	13	-	104	10.548
Transferências		539	(1)	(490)	(48)	-	-	-
Saldo no final do exercício	(79.057)	(160.299)	(6.527)	(13.435)	(2.753)	-	(3.602)	(265.673)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2011	80.084	87.860	4.849	5.161	1.052	3.958	2.608	185.572
Saldo em 31/12/2012	78.114	97.534	5.923	7.161	1.109	13.323	6.394	209.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

ris Móveis e <u>őes utensílios</u> 23 13.356 56 2.637 21) (135) 44 2.262 20 135	21.342 4.871		13.323 58.461 (1.634)	Outros 10.034 10.681 (1.657)	Total 484.827 132.229
rtos Móveis e ões utensílios 723 13.356 856 2.637 121) (135) 744 2.262	de processamentos de dados 21.342 4.871 (1.634) (12)	3.878 495 (10)	em andamento 13.323 58.461 (1.634)	10.034 10.681	484.827 132.229
rtos Móveis e ões utensílios 723 13.356 856 2.637 121) (135) 744 2.262	processamento s de dados 21.342 4.871 (1.634) (12)	3.878 495 (10)	em andamento 13.323 58.461 (1.634)	10.034 10.681	484.827 132.229
ões utensílios 723 13.356 726 2.637 721 (135) 744 2.262	21.342 4.871 (1.634) (12)	3.878 495 (10)	13.323 58.461 (1.634)	10.034 10.681	484.827 132.229
723 13.356 656 2.637 (21) (135) 744 2.262	21.342 4.871 (1.634) (12)	3.878 495 (10)	13.323 58.461 (1.634)	10.034 10.681	484.827 132.229
556 2.637 (21) (135) (44 2.262	4.871 (1.634) (12)	495 (10)	58.461 (1.634)	10.681	132.229
556 2.637 (21) (135) (44 2.262	4.871 (1.634) (12)	495 (10)	58.461 (1.634)	10.681	132.229
(21) (135) (44 2.262	(1.634) (12)	(10)	(1.634)		-
'44´ 2.262´	` (12)́		, , ,	(1 657)	
		(71)		(1.001)	(10.091)
20 135	72		(24.293)	(2.459)	-
		-	-	7	934
18.255	24.639	4.292	45.857	16.606	607.899
10%	20%	20%	-	10 e 20%	-
73) (7.060)	(14.022)	(2.762)		(3.640)	(268.714)
24) (1.258)	(2.737)	(445)	-	(648)	(30.528)
72 30	1.463	` ǵ	-	1,080	6.654
83) -	-	83	-	-	-
	(63)	-	-	(6)	(224)
85) (8.366)	(15.359)	(3.115)	-	(3.214)	(292.812)
E0 6 206	7 220	1 116	12 222	6 204	216.113
					315.087
	9.280	1.177	40.607	13.392	315.087
((83) - (77) (78)	(83)	(83) - - 83 (77) (78) (63) - (85) (8.366) (15.359) (3.115) (550) 6.296 7.320 1.116	(83) - - 83 - (77) (78) (63) - - (85) (8.366) (15.359) (3.115) - (550) 6.296 7.320 1.116 13.323	(83) - - - - - (77) (78) (63) - - - (6) (85) (8.366) (15.359) (3.115) - (3.214) (550) 6.296 7.320 1.116 13.323 6.394

				Consoli	dado			
				201	2			
				Equipamentos				
		Máquinas		de		Imobilizado		
				processamento		em	. .	
	e prédios	e instalações	utensilios	de dados	Ferramentas	andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado								
Saldo no inicio do exercício	153.605	247.521	11.376	18.083	3.390	3.958	5.881	443.814
Aquisições	1.838	21.980	1.888	4.200	316	17.611	5.395	53.228
Baixas	(296)	(10.124)	(217)	(1.526)	(16)	(363)	(216)	(12.758)
Transferências	2.024	5.938	216	546	188	(7.883)	(1.029)	-
Variação cambial	-	408	93	39	-	-	3	543
Saldo no final do exercício	157.171	265.723	13.356	21.342	3.878	13.323	10.034	484.827
Depreciação acumulada (*)	4%	10%	10%	20%	20%	-	10 e 20%	-
Saldo no inicio do exercício	(73.521)	(154.021)	(6.174)	(12.793)	(2.332)	-	(3.267)	(252.108)
Depreciação	(5.539)	(17.678)	(973)	(2.125)	(395)	-	(475)	(27.185)
Baixas	` 3	8.981	132 [°]	1.431	13	-	104	10.664
Transferências	-	548	(1)	(499)	(48)	-	-	-
Variação cambial	-	(3)	(44)	(36)		-	(2)	(85)
Saldo no final do exercício	(79.057)	(162.173)	(7.060)	(14.022)	(2.762)	-	(3.640)	(268.714)
V-1								
Valor contábil líquido	00.004	00.500	F 000	F 000	4.050	0.050	0.044	404 700
Saldo em 31/12/2011	80.084	93.500	5.202	5.290	1.058	3.958	2.614	191.706
Saldo em 31/12/2012	78.114	103.550	6.296	7.320	1.116	13.323	6.394	216.113

^(*) A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, com base na vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

As despesas de depreciação estão registradas no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora		Consoli	lidado	
	2013	2012	2013	2012	
Custos dos produtos vendidos	(25.576)	(23.041)	(25.826)	(23.328)	
Despesas com vendas	(448)	(406)	(1.116)	(972)	
Despesas administrativas	(2.652)	(2.070)	(2.746)	(2.121)	
	(28.676)	(25.517)	(29.688)	(26.421)	

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos, conforme descrito na Nota 13.c.

12. Intangível

				roladora		
				2013		
		Marcas e	Fundos de		Software em	
	Software	patentes	comércio	Tecnologia	desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no inicio do exercício	25.542	12.384	4.374	2.044	355	44.699
Aquisições	7.308	1.902	-	1.333	6.038	16.581
Baixas	(79) 597	-	-	-	- (E07)	(79)
Transferências Saldo no final do exercício	33.368	14.286	4.374	3.377	(597)	61.201
Saido no linai do exercicio	33.308	14.286	4.374	3.377	5.796	61.201
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-
Saldo no inicio do exercício	(16.194)	(7.931)	(1.697)	(888)	-	(26.710)
Amortização	(4.068)	(997)	(690)	(325)	-	(6.080)
Baixas	3	-	-	-	-	3_
Saldo no final do exercício	(20.259)	(8.928)	(2.387)	(1.213)	-	(32.787)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2012	9.348	4.453	2.677	1.156	355	17.989
Saldo em 31/12/2013	13.109	5.358	1.987	2.164	5.796	28.414
			Cont	roladora		
				2012		
		Marcas e	Fundos de		Software em	
	Software	patentes	comércio	Tecnologia	desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no inicio do exercício	19.976	11.312	2.297	780	-	34.365
Aquisições	5.426	1.072	2.077	1.264	495	10.334
Transferências	140	-	4.074	- 0.044	(140)	- 44.000
Saldo no final do exercício	25.542	12.384	4.374	2.044	355	44.699
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-
Saldo no inicio do exercício	(13.286)	(6.950)	(1.187)	(780)	-	(22.203)
Amortização	(2.908)	(981)	(510)	(108)	-	(4.507)
Saldo no final do exercício	(16.194)	(7.931)	(1.697)	(888)	-	(26.710)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2011	6.690	4.362	1.110	_	_	12.162
Saldo em 31/12/2011	9.348	4.453	2.677	1.156	355	17.989
03.30 011 01/12/2012	0.040	00	2.077	1.700	300	17.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

12. Intangível -- Continuação

				Consolid	lado			
				2013				
		Marcas e	Fundos de			are em		
	Software	patentes	comércio	Tecnologia	a desenve	olvimento	Ágio	Total
Custo do intangível	05.010	10.101	4.07.4	0.044		0.55		40.400
Saldo no inicio do exercício	25.912 7.308	13.424 1.918	4.374	2.044 1.333		355 6.038	5.210	46.109 21.807
Aquisições Baixa	7.306 (79)	1.910	-	1.333		0.030	5.210	(79)
Transferências	(79) 597	-	-	-		(597)	-	(79)
Variação cambial	55 55	149				(391)	-	204
Saldo no final do exercício	33.793	15.491	4.374	3,377		5.796	5.210	68.041
Saide ne iniai de exercicio	00.750	10.401	4.074	0.077		0.700	0.210	00.041
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%		-	-	-
Saldo no inicio do exercício	(16.507)	(7.938)	(1.698)	(888))	-	-	(27.031)
Amortização	(4.107)	(999)	(689)	(325)	-	-	(6.120)
Baixa	3	-	-	-		-	-	3
Variação cambial	(46)	-	-	-		-	-	(46)
Saldo no final do exercício	(20.657)	(8.937)	(2.387)	(1.213)	•	-	(33.194)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2012	9.405	5.486	2.676	1.156		355	_	19.078
Saldo em 31/12/2013	13.136	6.554	1.987	2.164		5.796	5.210	34.847
04.40 0 0 ., 12/20 .0								
				Consolid	lado			
				2012				
		Marcas	e Fundo	s de		Software	em	
	Software	patente	es comé	rcio Ted	nologia	desenvolv	imento	Total
Custo do intangível								
Saldo no inicio do exercício	20.262		268	2.297	780		-	35.607
Aquisições	5.477		072	2.077	1.264		495	10.385
Transferências	140		-	-	-		(140)	-
Variação cambial	33		84	-			-	117
Saldo no final do exercício	25.912	13.	424	4.374	2.044		355	46.109
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20	%	20%	-		-
Saldo no inicio do exercício	(13.545)) (6.9	955) (1.188)	(780)		-	(22.468)
Amortização	(2.939		983)	(510)	(108)		-	(4.540)
Variação cambial	(23		-	-	-		-	(23)
Saldo no final do exercício	(16.507)	(7.9	938) (1.698)	(888)		-	(27.031)
V-1								
Valor contábil líquido Saldo em 31/12/2011	6.717		313	1.109				13.139
Saldo em 31/12/2011 Saldo em 31/12/2012	6.717 9.405		313 486	1.109 2.676	1.156		355	13.139 19.078
Said0 em 31/12/2012	9.405	5.	400	∠.0/0	1.156		333	19.078

(*) A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição.

As despesas de amortização estão registradas no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Control	adora	Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas administrativas	(2.471) (1.788) (1.588)	(1.428) (1.603) (1.338)	(2.473) (1.822) (1.589)	(1.430) (1.633) (1.338)
·	(5.847)	(4.369)	(5.884)	(4.401)

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2013 e 2012, ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

		<u>-</u>	Controladora		Consol	lidado	
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	2013	2012	2013	2012	
Ativo fixo	Pré-fixado	4,50%	2.715	3.184	2.715	3.184	
Capital de giro	Pesos Argentina	22,50%	-	-	69.891	74.950	
Capital de giro – ACC	Dólar +	1,01%	-	288	-	288	
Capital de giro – ACE	Dólar +	0,97%	27.231	45.656	27.231	45.656	
Total dos financiamentos		-					
bancários			29.946	49.128	99.837	124.078	
Proapi - Provin	TJLP		17.899	13.885	17.899	13.885	
Total dos empréstimos e		-					
financiamentos			47.845	63.013	117.736	137.963	
(-) Total do passivo circulante)	-	(32.018)	(48.633)	(101.909)	(123.583)	
Total do passivo não		-					
circulante		_	15.827	14.380	15.827	14.380	

a) Financiamentos – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2013, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$4.313 e R\$13.586 (R\$2.215 e R\$11.670 em 2012), respectivamente.

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Cronograma de pagamentos

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo:

	Parcelas de longo prazo						
Vencimentos	2015	2016	2017	2018	2019	Total	
Financiamentos bancários	469	468	468	468	368	2.241	
Proapi	2.788	2.655	1.765	3.254	-	10.462	
Provin	322	524	1.112	1.166	-	3.124	
Total	3.579	3.647	3.345	4.888	368	15.827	

c) Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; e b) garantia fidejussória prestada por aval dos diretores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

14. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

a) Risco de perda provável - Provisionado

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consoli	idado
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	2.441	3.000	2.444	3.003
Adições	1.308	280	1.308	280
Realizações	(619)	(1.989)	(619)	(1.989)
Reversões	(806)	1.150	(806)	1.150
Saldo no final do exercício	2.324	2.441	2.327	2.444
(-) Total do passivo circulante	(1.835)	(1.994)	(1.838)	(1.997)
Total do passivo não circulante	489	447	489	447

Os valores classificados no passivo circulante têm expectativa de desfecho das ações em até um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

14. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

b) Risco de perda possível - Não provisionado

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, fiscal e cível, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. A composição e estimativa demonstra-se a seguir:

	Consol	idado
	2013	2012
Trabalhistas Fiscais	2.476	3.321
PIS e COFINS	672	2.785
INSS	383	383
ICMS	10.765	-
Cíveis	192	213
	14.488	6.702

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada. As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial e ajustes por variação de preços no mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

c) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de compra ou subscrição de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, conforme descrito na Nota 20.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza R\$83.486 em 31 de dezembro de 2013 (R\$67.656 em 2012).

• Reserva de lucros retidos

O saldo em 31 de dezembro de 2013, de R\$19.073 (R\$39.716 em 2012) refere-se a valor retido como reserva de retenção de lucros para aquisição de ações de própria emissão, com a finalidade de honrar os planos de remuneração baseados em ações, com base em orçamentos realizados anualmente pela administração e submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas quanto à proposta de retenção a ser realizada.

Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais correspondem à redução de 75% do IRPJ incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculados com base no lucro da exploração; e incentivos fiscais de ICMS (Provin) e exportação (Proapi e Procomex) relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados.

		Controladora / Consolidado				
Incentivos	Saldo final em 2012	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2013		
ICMS e						
Exportação	307.663	192.163	(162.000)	337.826		
IRPJ	201.163	87.081		288.244		
	508.826	279.244	(162.000)	626.070		

		Controladora / Consolidado				
Incentivos	Saldo final em 2011	Incentivos gerados pela operação	Destinação diversa dos incentivos	Saldo final em 2012		
ICMS e						
Exportação	287.982	167.881	(148.200)	307.663		
IRPJ	118.462	82.701	- 1	201.163		
	406.444	250.582	(148.200)	508.826		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de compra ou subscrição de ações (Nota 20), foi aprovado o programa de aquisições de 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas através da Ata da 49ª Reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2013, sem diminuição do capital social. Esta quantidade de ações ordinárias nominativas, correspondem a 4,63% das ações em circulação.

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 10/80, o prazo máximo para a liquidação da operação é de menos 365 dias da data da aquisição.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações Ordinárias	R\$
Saldo no inicio do exercício		-
Recompras	2.792.569	57.751
Exercício de opção de compra de ações (Nota 20)	(2.245.569)	(47.281)
Saldo no final do exercício	547.000	10.470

O custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$20,68, sendo o menor valor adquirido R\$17,19 e o maior valor adquirido R\$21,84.

f) <u>Dividendos</u>

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

f) <u>Dividendos</u>--Continuação

Lucro líquido do exercício 433.540 429.003 (-) Constituição da reserva legal (15.830) (16.404) (-) Reserva de incentivos fiscais (116.940) (100.925) (-) Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda. (304) (1.457) Base de cálculo dos dividendos 300.466 310.217 Dividendos propostos pela administração 300.057 293.503 Percentual sobre a base de cálculo 99,9% 94,6%		2013	2012
(-) Reserva de incentivos fiscais (116.940) (100.925) (-) Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda. (304) (1.457) Base de cálculo dos dividendos 300.466 310.217 Dividendos propostos pela administração 300.057 293.503	Lucro líquido do exercício	433.540	429.003
(-) Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda. (304) (1.457) Base de cálculo dos dividendos 300.466 310.217 Dividendos propostos pela administração 300.057 293.503	(-) Constituição da reserva legal	(15.830)	(16.404)
Base de cálculo dos dividendos300.466310.217Dividendos propostos pela administração300.057293.503	(-) Reserva de incentivos fiscais	(116.940)	(100.925)
Dividendos propostos pela administração 300.057 293.503	(-) Reserva de Incentivos fiscais de controlada – MHL Calçados Ltda.	(304)	(1.457)
	Base de cálculo dos dividendos	300.466	310.217
Percentual sobre a base de cálculo 99,9% 94,6%	Dividendos propostos pela administração	300.057	293.503
	Percentual sobre a base de cálculo	99,9%	94,6%
Dividendo mínimo obrigatório – 25% 75.117 77.554	Dividendo mínimo obrigatório – 25%	75.117	77.554
Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório 224.940 215.949	Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório	224.940	215.949
300.057 293.503		300.057	293.503

Do montante proposto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, R\$188.250 foram pagos ao longo do próprio exercício de 2012 e o saldo de R\$105.253 foi liquidado em 24 de abril de 2013.

A Ata da 49ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2013, definiu o *payout* para o exercício de 2013 como sendo de aproximadamente 65% do lucro líquido do exercício após a constituição das reservas. Nos exercícios de 2011 e 2012 o *payout* praticado foi de aproximadamente 75%. A Companhia manterá a política de distribuição trimestral de dividendos.

No exercício de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$189.392, sendo distribuídos R\$64.053 (representando R\$0,213 por ação) em 22 de maio de 2013, R\$41.500 (representando R\$0,138 por ação) em 14 de agosto de 2013 e R\$83.839 (representando R\$0,279 por ação) em 14 de novembro de 2013.

Adicionalmente, a Administração propôs, em 31 de dezembro de 2013, o pagamento complementar de R\$110.665 (representando R\$0,368 por ação) perfazendo um dividendo total de R\$300.057, após deduções legais e estatutárias.

g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por ação ("Earnings per Share"), demonstramos a seguir a reconciliação do lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído (em milhares de reais, exceto valor por ação):

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

g) Lucro por ação--Continuação

	Controladora		
	2013	2012	
Numerador			
Lucro líquido do exercício	433.540	429.003	
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias Média ponderada do número de ações ordinárias em tesouraria	300.720.000 (89.831)	300.720.000	
·	300.630.169	300.720.000	
Lucro básico por ação ordinária	1,4421	1,4266	
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano	300.630.169	300.720.000	
de opções de compra ou subscrição de ações	1.140.198	1.504.579	
	301.770.367	302.224.579	
Lucro diluído por ação ordinária	1,4367	1.4195	
Easio analao poi agao oramana	1,4001	1,7133	

16. Subvenções governamentais para investimentos

a) Incentivos - Provin e Proapi

Provin – Programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI) o qual consiste no diferimento equivalente a 81% do valor do ICMS efetivamente recolhido, incidente sobre a sua produção própria. Do valor de cada parcela do benefício, o equivalente a 1% será pago de uma só vez, no último dia do mês de vencimento, após 60 meses e será devidamente corrigida, desde a data do desembolso até a data de vencimento, pela aplicação da TJLP.

No quadro a seguir apresentamos o prazo de vencimento deste benefício:

	Incentivo	%	Prazos de vencimento	%	Prazos de vencimento
Sobral – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025
Crato – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2022	75%	Out/2022 até Abr/2025
Fortaleza – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

16. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

a) Incentivos - Provin e Proapi--Continuação

Proapi – Programa de incentivos às atividades portuárias e industriais do Ceará, consiste no financiamento para empresas industriais predominantemente exportadoras de calçados de componentes de calçados e de artefatos e peles e couro exceto em "wet blue", sediadas no Estado, através da utilização dos recursos decorrentes dos retornos das operações do FDI, enquanto não creditadas à conta do tesouro do Estado (Nota 13).

No quadro a seguir apresentamos o prazo de vencimento deste benefício:

	Incentivo	Prazo de vencimento
Sobral – CE	PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Jan/2014

A Companhia mantém um histórico de investimentos na região e de cumprimento às condições estabelecidas pelos convênios dos incentivos fiscais a que goza, os quais sempre são concedidos por prazo determinado e admitem renovação. A Companhia já adotou as providências necessárias para a renovação do incentivo – Proapi.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registrado no resultado da controladora um valor de R\$191.859 (R\$166.685 em 2012) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 21.

Deste montante o total de R\$162.000 (R\$148.200 em 2012) foi destinado ao pagamento de dividendos, conforme a política da Companhia (Nota 15.f.) sendo o restante, R\$29.859 (R\$18.485 em 2012) destinado para reservas de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 15.d.

b) Incentivos - Procomex e Probahia

Procomex – Programa de incentivo do comércio exterior, com a finalidade de estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia e o financiamento do imposto incidente na importação de produtos destinados à comercialização e industrialização promovidas por novas indústrias instaladas no estado. A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS equivalente a 11% do valor FOB das operações de exportação de calçados, e seus componentes. O incentivo é válido até julho de 2021.

Probahia – Programa de desenvolvimento da Bahia, com finalidade de promover a diversificação, estimular a transformação e os processos industriais do estado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

16. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

b) Incentivos - Procomex e Probahia -- Continuação

A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS em 90% do imposto incidente, nas operações de saídas de calçados e seus componentes e diferimento do ICMS pago relativo ao diferencial de alíquota pela aquisição de imobilizado e nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.O incentivo é valido até novembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registrado no resultado da controlada um valor de R\$794 (R\$1.196 em 2012) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 21. Deste montante o total de R\$304 foi destinado para reservas de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido, conforme demonstrado na nota 15.d.

c) Incentivo de Imposto de Renda

A Companhia e sua controlada MHL Calçados Ltda. são beneficiárias de incentivo de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração, nas unidades industriais sediadas na área de atuação da SUDENE. Este benefício é registrado diretamente no resultado a crédito de imposto de renda.

No quadro a seguir apresentamos o prazo de vencimento deste benefício:

Unidades industriais	% Redução do imposto	Prazo de vencimento
Sobral – CE	75%	Até Dez/2022
Fortaleza – CE	75%	Até Dez/2020
Crato – CE	75%	Até Dez/2016
Teixeira de Freitas – BA	75%	Até Dez/2017

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão registrados no passivo circulante sob a rubrica: imposto de renda e contribuição social a pagar; líquido das compensações realizadas no exercício e dos incentivos fiscais, como demonstrados a seguir:

	2013						
	Controladora						
	Imposto	Contribuição		Imposto	Contribuição		
	de renda	social	Total	de renda	social	Total	
Valor devido	(103.740)	(39.882)	(143.622)	(103.755)	(39.882)	(143.637)	
Incentivos fiscais	87.081		87.081	87.081	-	87.081	
	(16.659)	(39.882)	(56.541)	(16.674)	(39.882)	(56.556)	
Compensações	18.137	35.610	53.747	18.137	35.610	53.747	
	1.478	(4.272)	(2.794)	1.463	(4.272)	(2.809)	

	2012						
		Controladora					
	Imposto	Contribuição	_	Imposto	Contribuição		
	de renda	social	Total	de renda	social	Total	
Valor devido	(100.231)	(38.362)	(138.593)	(111.983)	(38.496)	(150.479)	
Incentivos fiscais	82.440		82.440	82.701		82.701	
	(17.791)	(38.362)	(56.153)	(29.282)	(38.496)	(67.778)	
Compensações	19.441	35.851	55.292	19.520	35.985	55.505	
	1.650	(2.511)	(861)	(9.762)	(2.511)	(12.273)	

2012

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	255	4.613	348	4.661
Provisão para descontos por pontualidade	2.409	8.155	2.438	8.302
Ajustes a valor presente – AVP	523	1.346	1.194	1.196
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	253	768	401	829
Provisão para riscos trabalhistas	145	575	134	562
Depreciação	(154)	(926)	(154)	(926)
Prejuízo fiscal em controladas	` -′	-	`245 ´	-
Operações de hedge	53	(134)	53	(134)
Provisões para bonificações à clientes –		,		, ,
controlada exterior	-	-	4.791	2.260
Outros	229	628	1.019	978
	3.713	15.025	10.469	17.728
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	367	1.762	368	1.763
Provisão para descontos por pontualidade	3.470	3.116	3.511	3.169
Ajustes a valor presente – AVP	753	514	753	514
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	364	293	364	293
Provisão para riscos trabalhistas	209	220	209	220
Depreciação	(222)	(354)	(222)	(354)
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	127	-
Operações de hedge	77	(51)	77	(51)
Outros	329	240	-	-
	5.347	5.740	5.187	5.554
Ativo não circulante	9.060	20.765	15.656	23.282

c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido

_	Controladora		Consol	idado	
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício Tributos gerados no resultado do exercício	20.765 (11.705)	19.455 (27)	23.282 (12.249)	19.246 2.379	
Tributos gerados no patrimônio líquido	-	1.337	4.623	1.657	
Saldo no final do exercício	9.060	20.765	15.656	23.282	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

		20	13		
	Contr	oladora	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Lucro antes dos tributos Efeito dos ajustes no lucro por mudança de	501.786	501.786	502.810	502.810	
prática contábil Lei 11.638/07	(20.295)	(20.295)	(21.089)	(21.089)	
Lucro ajustado antes dos tributos	481.491	481.491	481.721	481.721	
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(120.373)	(43.334)	(120.430)	(43.355)	
Ajustes para demonstração da taxa efetiva Resultado de equivalência patrimonial Adições permanentes Incentivo à inovação tecnológica Operações Hedge Efeito do recálculo depreciação Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT) (Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual/	(466) (2.434) 9.978 (27) 772 2.649	(168) (876) 3.592 51 132	(2.434) 9.978 (27) 772 2.649	(876) 3.592 51 132	
Desporto/ Fundo Idoso/ Pronon) Lucros não realizados nos estoques Outros	4.371 (399) (9.123)	89 239	4.371 (399) (10.117)	89 118	
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(115.052)	(40.275)	(115.637)	(40.249)	
Taxa efetiva após considerar impactos da Lei 11.638/07	23,9%	8,4%	24,0%	8,4%	
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	87.081	-	87.081	-	
Valor registrado no resultado	(27.971)	(40.275)	(28.556)	(40.249)	
Total de tributos registrados ao resultado		246)		805)	
Tributos correntes Tributos diferidos		541) 705)		556) 249)	
Alíquota efetiva	13,	6%	13,7%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	2012					
		oladora	Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social		
Lucro antes dos tributos Efeito dos ajustes no lucro por mudança de	485.183	485.183	495.290	495.290		
prática contábil Lei 11.638/07	(16.315)	(16.315)	(17.511)	(17.511)		
Lucro ajustado antes dos tributos	468.868	468.868	477.779	477.779		
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(117.217)	(42.198)	(119.445)	(43.000)		
Ajustes para demonstração da taxa efetiva Resultado de equivalência patrimonial Adições permanentes	4.099 (7.742)	1.475 (2.787)	- (7.742)	- (2.787)		
Incentivo à inovação tecnológica Operações Hedge	8.584 28	3.090 7	8.584 28	3.090 7		
Efeito do recálculo depreciação Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT) Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual/	820 2.557	275 -	820 2.566	275 -		
Desporto) Lucros não realizados nos estoques	3.750 (117)	(28)	3.750 (117)	(28)		
Outros	4.744	2.040	1.689	4.210		
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(100.494)	(38.126)	(109.867)	(38.233)		
Taxa efetiva após considerar impactos da Lei 11.638/07	21,3%	8,1%	22,9%	8,0%		
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	82.440	-	82.701	-		
Valor registrado no resultado	(18.054)	(38.126)	(27.166)	(38.233)		
Total de tributos registrados ao resultado	(56.	180)	(65.	399)		
Tributos correntes Tributos diferidos	(56.		(67.778) 2.379			
Alíquota efetiva	11,	6%	13,	2%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- <u>Caixa e equivalentes de caixa</u> são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis" e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- Aplicações financeiras as aplicações classificadas nas categorias "investimentos mantidos até o vencimento", que são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como "ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado" que são mensuradas ao seu valor justo.
- <u>Contas a receber de clientes</u> são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis" e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, desconto pontualidade e ajuste a valor presente.
- <u>Fornecedores</u> são classificados na categoria "passivos mensurados pelo custo amortizado" e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos são classificados na categoria "passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado" pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos se aproximam aos seus valores contábeis na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

	•	Valor contábi	I/ Valor justo		
	Contro	ladora	Conso	idado	
	2013	2012	2013	2012	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	24.740	8.125	39.360	14.489	
Aplicações financeiras (*)	694.605	859.421	694.605	859.421	
Contas a receber de clientes	825.216	705.661	900.048	806.149	
Derivativos	-	568	-	568	
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	47.845	63.013	117.736	137.963	
Fornecedores	35.588	52.558	39.792	56.806	
Derivativos	860	-	860	-	

(*) A Companhia mensura seus instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 40 - R1 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, e de acordo com o nível 1 de hierarquia.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 4.c.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

Nas operações de contrato de venda na BM&F o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Os limites máximos de exposição cambial líquida são compostos de: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber de câmbios a contratar; (iv) projeções de exportações de até 90 dias, menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia. Até o presente momento, a Companhia não autorizou a utilização de outras formas de proteção cambial diferentes das relatadas no parágrafo anterior.

As operações de proteção cambial são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margeamento. O valor da garantia é de R\$33.223 em 31 de dezembro de 2013 (R\$30.831 em 2012), normalmente constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- b) Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação
 - b.1) Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais--Continuação

No quadro abaixo são demonstradas as posições verificadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com os valores nominais e de mercado, os quais foram apurados conforme descrito na Nota 4.c.1 e 4.c.2.

Descrição	Va	Valor de Referência (notional)			Valor de Referência (R\$)			Saldo a Receber (Pagar) Valor justo		
	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012	
Contratos Futuros:										
Compromissos de Venda										
Posição Vendida										
Moeda Estrangeira	US\$	50.000	76.000	R\$	119.071	156.077	R\$	(860)	568	
Total	US\$	50.000	76.000	R\$	119.071	156.077	R\$	(860)	568	

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. O saldo a pagar do valor justo apresentado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$860, está classificado em outras contas a pagar e o saldo a receber de R\$568 em 31 de dezembro de 2012, está classificado na conta de títulos a receber.

c) Gerenciamento de Riscos

c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

Os principais passivos financeiros da Companhia, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são compostos por empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. A Companhia possui outros créditos, contas a receber, disponibilidades e investimentos de curto prazo que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, depósitos, títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

a) Risco de crédito:

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber de clientes. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A política de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) de uma forma diversificada em instrumentos financeiros atrelados a uma cesta de indicadores compostos por CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

b) Risco liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. O quadro a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação
 - b) Risco liquidez:--Continuação

	2013								
	Co	ontroladora		C					
	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9				
<u>-</u>	ano	anos	Total	ano	anos	Total			
Financiamento ativo fixo	474	2.241	2.715	474	2.241	2.715			
Capital de giro, ACC e ACE	27.231	-	27.231	97.122	-	97.122			
Financiamentos – Proapi e Provin	4.313	13.586	17.899	4.313	13.586	17.899			
	32.018	15.827	47.845	101.909	15.827	117.736			

		2012								
	Co	ntroladora		Consolidado						
	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9					
_	ano	anos	Total	ano	anos	Total				
Financiamento ativo fixo	474	2.710	3.184	474	2.710	3.184				
Capital de giro, ACC e ACE	45.944	-	45.944	120.894	-	120.894				
Financiamentos – Proapi e Provin	2.215	11.670	13.885	2.215	11.670	13.885				
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	48.633	14.380	63.013	123.583	14.380	137.963				

		2013							
	Co	ontroladora		Consolidado					
•	Projeçã	ăo incluindo futuros	juros	Projeção incluindo juro futuros					
	Até um	De 1 a 9		Até um	De 1 a 9				
	ano	anos	Total	ano	anos	Total			
Financiamento ativo fixo	585	2.486	3.071	585	2.486	3.071			
Capital de giro, ACC e ACE	27.292	-	27.292	102.172	-	102.172			
Financiamentos – Proapi e Provin	4.433	16.074	20.507	4.433	16.074	20.507			
·	32.310	18.560	50.870	107.190	18.560	125.750			

			20	12			
	Co	ntroladora		Consolidado			
	Projeçã	io incluindo futuros	juros	Projeçã	o juros		
_	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	
Financiamento ativo fixo Capital de giro, ACC e ACE	607 46.118	3.066	3.673 46.118	607 135,752	3.066	3.673 135.752	
Financiamentos – Proapi e Provin	2.274 48.999	13.775 16.841	16.049 65.840	2.274 138.633	13.775 16.841	16.049 155.474	
-							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber de clientes originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$11.627 mil (US\$22.489 mil em 2012), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.1) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas--Continuação
 - c) Risco de mercado:--Continuação

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2013 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, e CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação

No quadro a seguir são apresentadas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2013, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

0------

		Cenário Provável		
		(Valor	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Juros aplicações financeiras	R\$	42.972	34.344	25.696
Depreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras				
CDI %		9,78%	7,33%	4,89%
IPCA		5,77%	4,33%	2,89%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Encargos de financiamentos – Proapi e Provin	R\$	797	996	1.194
Apreciação da Taxa em			25,00%	50,00%
Referência para Passivos Financeiros				
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

- c) Gerenciamento de Riscos--Continuação
 - c.3) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados

c.3.1) <u>Instrumentos de proteção cambial</u>

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3 (três) cenários para o exercício 2013, a saber:

- <u>Cenário Provável</u>: Neste cenário foi considerado que a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,3814.
- <u>Cenário Possível</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$2,9768, equivalente a 25% superior à cotação do primeiro cenário.
- <u>Cenário Remoto</u>: Neste cenário a operação seria liquidada pela cotação do dólar de R\$3,5721, equivalente a 50% superior à taxa do primeiro cenário.

A seguir demonstramos o resumo do impacto em cada cenário projetado, para posição com vencimento em 31 de janeiro de 2014.

		Valores d	e Referência	IS	
			Cotação		
			do dólar	Valor em	
	Moeda	2013	em 2013	R\$	Impacto
Cenário Provável					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US\$	50.000	R\$2,3814	119.071	(860)
Cenário Possível - 25%					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US\$	50.000	R\$2,9768	148.840	(29.769)
Cenário Remoto - 50%					
Compromissos de Venda					
Posição Vendida	US\$	50.000	R\$3,5721	178.605	(59.534)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.4) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma politica de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

A política de dividendos da Companhia pode incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas Provin e Proapi na base de cálculo dos dividendos, desde que não haja impacto nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia. Não houve impactos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Contro	oladora	Consc	olidado
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (-) Caixa e equivalentes de Caixa	47.845 (24.740)	63.013 (8.125)	117.736 (39.360)	137.963 (14.489)
Dívida líquida	23.105	54.888	78.376	123.474
Patrimônio líquido Índice de alavancagem financeira	2.060.734 1,1%	1.952.332	2.067.960	1.953.562

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Saldos e transações com partes relacionadas

Durante os exercícios, a Companhia praticou as seguintes transações com as partes relacionadas:

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas

					Cor	ntroladora			
		Salo	dos		-		Transa	ções	
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a	Vendas de produtos e imobilizado		Recuperação de despesa		Despesas financeiras
Controladas Grendene USA, Inc. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	•	•	10.497 6.936	100 100	14.142 10.375	919 1.296		1.610 1.692	638 876
Grendene Argentina S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	-	29	-	29.558 26.197	<u>.</u>	<u>.</u>	<u>.</u>	<u>.</u>
Grendene UK Limited. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>.</u>	-	-	<u>-</u>	-	114	110
Grendene Italy SRL. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>-</u>	<u>.</u>	1.607	-	1.596	<u>.</u>	<u>.</u>	11	<u>.</u>
MHL Calçados Ltda. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012		1	3.465 1.236	2 366	15.485 13.236	481 355	<u>.</u>	<u>-</u>	
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.									
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	-	-	-	-	-	88	-	- -
Outras									
Telasul S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	-	- 3	-	3	581 1.920	<u>.</u>	-	<u>-</u> -
Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	·	<u>-</u> 4	156	200 431	156	:	<u>.</u>	<u>.</u>
Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Saldo 31/12/2013			-		6	-	-	-	-
Saldo 31/12/2012 Vulcabrás Azaléia	-	-	3	-	11	-	-	-	-
Argentina S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	-	668 533	-	1.859 1.052	-	-	230	6 116
Agropecuária Grendene Ltda.					04				
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	-	-	-	34	-	-	-	-
Lagoa Clara Agrícola S.A.									
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	:	:	18	•	-	-	215	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) <u>Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas</u>--Continuação

					Co	nsolidado			
		Salo	dos				Transa	ções	
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a	Vendas de produtos e imobilizado		Recuperação de despesa		Despesas financeiras
Outras Telasul S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	:	-	- 3	- -	- 3	581 1.920		<u>.</u>	<u>.</u>
Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>.</u>	<u>.</u>	<u>-</u> 4	156	200 431	156 -	:	:	-
Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>-</u> -	<u>-</u> -	- 3	-	6 11		:	:	<u>.</u>
Vulcabrás Azaléia Argentina S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>.</u>	<u>.</u>	668 533	-	1.859 1.052	6.982 6.665		- 230	6 116
Agropecuária Grendene Ltda. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	:	:	<u>-</u>		34	-	<u>-</u>	<u>-</u>	-
Lagoa Clara Agrícola S.A. Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	- -	- -	18	-	:	:	215	:	-

b) Natureza, termos e condições das transações

b.1) Empresas controladas

Grendene USA, Inc.: Referem-se a transações de vendas de calçados produzidos pela Companhia. As transações de compras de serviços referem-se a remuneração de 6% de comissão sobre as vendas realizadas nos Estados Unidos com entrega direta pela Controladora, à Grendene USA, Inc. O prazo médio de recebimento das vendas é de aproximadamente 195 dias e de pagamento das comissões é de aproximadamente 160 dias.

Grendene Argentina S.A.: Referem-se a transações de vendas de calçados produzidos pela Companhia. O prazo médio de recebimento para vendas é de aproximadamente 180 dias.

Grendene Italy S.R.L. (Controlada indireta): Referem-se a transações de vendas de calçados produzidos pela Companhia. O prazo médio de recebimento para vendas é de aproximadamente 180 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

- b) Natureza, termos e condições das transações--Continuação
 - b.1) Empresas controladas--Continuação

MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil): Referem-se a transações de compras e vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 243 dias e o de pagamento é de aproximadamente 268 dias.

A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (sediada no Brasil): Referemse a transações de reembolso à Companhia por recuperação de despesas. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 22 dias.

b.2) Outras empresas

As Companhias Telasul S.A, Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabrás Azaléia Argentina S.A., Agropecuária Grendene Ltda. e Lagoa Clara Agrícola Ltda. são controladas por acionistas da Grendene S.A..

Telasul S.A. (sediada no Brasil): Referem-se a transações de compras de expositores utilizados para a divulgação dos produtos da Companhia. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 15 dias.

Vulcabrás Azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.: Referem-se a transações de compras e vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento de vendas é de aproximadamente 32 dias e o de pagamento é de aproximadamente 30 dias.

Vulcabrás Azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.: Referemse a transações de vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento de vendas é de aproximadamente 105 dias.

Vulcabrás Azaléia Argentina S.A.: Referem-se a transações de vendas de insumos utilizados na produção de calçados. O prazo médio de recebimento de vendas é de aproximadamente 102 dias.

O saldo de contas a pagar e a transação de compra de produtos e serviços referem-se a transações e saldos com a controlada Grendene Argentina.

Agropecuária Grendene Ltda. (sediada no Brasil): Referem-se a transações de venda de ativo imobilizado. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações--Continuação

b.2) Outras empresas--Continuação

Lagoa Clara Agrícola Ltda. (sediada no Brasil): Referem-se a transações de reembolso à Companhia por recuperação de despesas. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 30 dias.

As Companhias Alexandre G. Bartelle Participações S.A., Grendene Negócios S.A. e Verona Negócios e Participações S.A. são controladoras da Grendene S.A.. Não há outras transações, exceto dividendos pagos, entre a Companhia e suas controladoras, nos exercícios de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

c) Remuneração da Administração chave

As despesas com salários e encargos sociais, pagas às pessoas chaves estão demonstradas a seguir:

	Controla	dora
	2013	2012
Conselho da Administração	840	768
Conselho fiscal	284	207
Diretoria estatutária	3.040	2.808
	4.164	3.783

Como remuneração variável a Companhia possui um plano de opções de compra ou subscrição de ações conforme transcrito na Nota 20, tendo reconhecido como despesa o valor correspondente ao prêmio da opção em 31 de dezembro de 2013 de R\$4.492 (R\$1.636 em 2012).

A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

d) Outras partes relacionadas

A Companhia utiliza serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas de empresas pertencentes à parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2013 os valores gastos com estes serviços totalizaram R\$632 (R\$602 em 2012), que representou aproximadamente 0,04% das despesas gerais da Companhia. Não existem saldos pendentes a pagar em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou a despesa com remuneração por meio de opções de compras de ações, como despesa com pessoal, com base no valor justo das operações na data da concessão das mesmas, no valor de R\$4.492(R\$1.636 em 2012).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o "Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações", a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, a um Comitê especialmente criado para tanto.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações a serem entregues como resultado do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (vesting) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas outorgas de opções de compra ou subscrição de ações, que conferem direito de aquisição ou subscrição do número de ações, descrito a seguir: i) em 25 de abril de 2008, 2.039.901 ações (pós desdobramento), ii) em 05 de março de 2009, 900.000 ações (pós desdobramento), iii) em 04 de março de 2010, 700.000 ações, iv) em 4 de fevereiro de 2011, 1.741.632 ações, v) em 1° de março de 2012, 326.847 ações e vi) em 28 de fevereiro de 2013, 795.549 ações para objeto da Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia aos diretores e gerentes exceto diretores controladores.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2009 aprovou o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, passando cada ação ordinária ser representada por 3 (três) ações pós desdobramento.

Em 1° de março de 2012, através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alteração do Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, nos itens 4.1, 4.2 e 4.5 da Cláusula IV, conforme descrito a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

Regulamento de Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações – Cláusula IV – texto original	Nova redação aprovada através da Ata da 45ª Reunião do Conselho de Administração
4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que: (a) tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior ou (b) tiver aprovado as Demonstrações Financeiras do primeiro semestre do exercício respeitados os limites previstos em 3.2 supra.	4.1. O Exercício da Opção consistirá na compra das ações pelo preço de exercício estabelecido, após decorrido o prazo de "Vesting". O Beneficiário, para tanto, deverá manifestar formalmente o exercício das opções à Companhia, através de uma Notificação de Exercício, no prazo de até quinze (15) dias subsequentes à reunião do Conselho de Administração da Companhia que tiver aprovado o Balanço do Exercício Anterior, respeitados os limites previstos em 3.2 supra.
4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais e semestrais.	4.2. A Notificação de Exercício só poderá ser expedida pelo Beneficiário, após a divulgação dos resultados anuais.
4.5. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 20% sobre o resultado da média referida neste item.	4.5. O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, mas sem desrespeitar os limites legais retro referidos, poderá aplicar um desconto de até 50% sobre o resultado da média referida neste item.

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações

A composição das opções outorgadas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

				2013				
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7,30	25/04/2009	679.967	60.494	-	(60.494)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	164.737	=	(164.737)	-	-
25/04/2008	7,30	25/04/2011	2.039.901	228.494	=	(228.494)	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	-	-	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	-	=	-	-	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	247	-	(247)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	209.327	=	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	209.327	-	(209.327)	-	-
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	209.328	-	(209.328)	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	534.400	-	(528.444)	-	5.956
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	534.400	-	-	(35.417)	498.983
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	106.727	-	(106.727)	-	-
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	106.727	-	-	(7.107)	99.620
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	106.727	-	-	(7.107)	99.620
28/02/2013	9,55	28/02/2014	265.183	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2015	530.366	-	265.183	-	(11.916)	253.267
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	-	265.183	-	(11.916)	253.267
				3.005.335	795.549	(2.245.569)	(85.379)	1.469.936

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

				2012				
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
25/04/2008	7.30	25/04/2009	679.967	74.772	_	_	(14.278)	60.494
25/04/2008	7,30	25/04/2010	1.359.934	179.015	_	_	(14.278)	164.737
25/04/2008	7.30	25/04/2011	2.039.901	264.723	_	(12.633)	(23.596)	228.494
05/03/2009	4,26	05/03/2010	300.000	10.338	-	(10.338)	(==::==)	-
05/03/2009	4,26	05/03/2011	600.000	10.338	-	(10.338)	_	-
05/03/2009	4,26	05/03/2012	900.000	276.938	-	(276.691)	-	247
04/03/2010	10,08	04/03/2011	233.333	218.250	-	` -′	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2012	466.666	218.250	-	-	(8.923)	209.327
04/03/2010	10,08	04/03/2013	700.000	218.251	-	-	(8.923)	209.328
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	555.392	-	-	(20.992)	534.400
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	555.392	-	-	(20.992)	534.400
01/03/2012	4,33	01/03/2013	108.949	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2014	217.898	-	108.949	-	(2.222)	106.727
01/03/2012	4,33	01/03/2015	326.847	-	108.949	-	(2.222)	106.727
				3.137.051	326.847	(310.000)	(148.563)	3.005.335

O valor justo das opções é calculado na data da outorga dos planos, e não é remensurado posteriormente, devido à liquidação do plano ser feita por meio de instrumentos patrimoniais, como descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS2) – Pagamento Baseado em Ações. Por isso, a Companhia fica sujeita à variação do preço da ação no mercado quando do exercício das opções por parte dos beneficiários dos planos.

Em 2013 a Companhia adquiriu para cumprimento dos planos de exercício de opções de compra de ações 2.792.569 ações, a um preço médio de R\$20,68, totalizando um montante de R\$57.751. No primeiro trimestre foram exercidas 2.245.569 ações, a um preço médio de R\$21,06, totalizando um montante de R\$47.281. O preço médio de cada opção exercida foi de R\$10,15, totalizando um montante de R\$22.799.

A Companhia reconheceu a diferença entre o preço médio de exercício das opções e as ações adquiridas para cumprimento destes exercícios, no valor de R\$21.052, diretamente no Patrimônio Líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

líquido

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

b) Movimentação das operações com opção de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisição ocorridas no exercício decorrente das operações com opções, está demonstrada a seguir:

Plano de opção de compra ou subscrição de ações	Movimentação	Data da outorga / realização	Quantidade máxima de ações	Quantidade de ações ordinárias	Preço médio da acão	Despesa realizada por opção de ações exercidas e canceladas
	Opções de compra de ações emitidas	25/04/2008	2.039.901	-	7,29	-
	(-) Exercício de opcão de compra de ações	03/09/2009	-	(213.000)	7,05	_
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	_	496.875	7,29	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	_	(496.875)	7,29	_
	(-) Canceladas	29/03/2010	_	(41.150)	7,29	_
Primeiro	(-) Canceladas	25/02/2011	_	(9.789)	7,29	_
1 11110110	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	_	(760.577)	6,64	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	_	(12.633)	4,74	_
	(-) Canceladas	04/05/2012	_	(52.152)	7,29	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	_	(209.369)	10,23	(159)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	_	(244.356)	10,04	(193)
	Opções de compra de ações emitidas	05/03/2009	900.000	- (= : ::000/	4,12	
	Emissão para aumento de capital	22/03/2010	-	223.125	4,12	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	22/03/2010	_	(223.125)	4,12	_
	(-) Canceladas	29/03/2010	_	(18.700)	4.12	_
Segundo	(-) Canceladas	25/02/2011	_	(8.620)	4,12	_
oogaao	(-) Exercício de opção de compra de ações	15/03/2011	_	(339.423)	6,64	_
	(-) Canceladas	01/07/2011	_	(12.518)	4,12	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2012	_	(297.367)	4,74	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	_	(247)	10,04	_
	Opções de compra de ações emitidas	04/03/2010	700.000	<u>\</u> -	9,16	
	(-) Canceladas	29/07/2010	700.000	(6.888)	9,16	_
	(-) Canceladas	25/02/2011	_	(9.189)	9,16	_
Terceiro	(-) Canceladas	01/07/2011	_	(29.172)	9,16	_
10100110	(-) Canceladas	04/05/2012	_	(26.769)	9,16	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	_	(390.357)	10,23	(891)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	_	(237.625)	10,04	(543)
	Opções de compra de ações emitidas	24/02/2011	1.741.632		9.76	
	(-) Canceladas	01/07/2011		(75.456)	9,76	_
	(-) Canceladas	04/05/2012	_	(62.976)	9,76	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	_	(653.682)	10,23	(611)
Quarto	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	_	(403.206)	10,04	(377)
add. to	(-) Canceladas	25/03/2013	_	(7.786)	9,76	(10)
	(-) Canceladas	10/05/2013	_	(7.334)	9,76	(10)
	(-) Canceladas	01/08/2013	_	(12.631)	9,76	(19)
	(-) Canceladas	26/09/2013	_	(7.666)	9,76	(12)
	Opções de compra de ações emitidas	01/03/2012	326.847		3,92	\ <u>-</u>
	(-) Canceladas	04/05/2012	-	(6.666)	3,92	_
	(-) Exercício de opção de compra de ações	14/03/2013	_	(66.885)	10,23	(295)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/03/2013	_	(39.842)	10,04	(176)
Quinto	(-) Canceladas	25/03/2013	_	(3.016)	3,92	(5)
	(-) Canceladas	10/05/2013	-	(2.840)	3,92	(6)
	(-) Canceladas	01/08/2013	_	(4.922)	3,92	(12)
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(3.436)	3,92	(10)
	Opções de compra de ações emitidas	28/02/2013	795.549		8,57	
	(-) Canceladas	10/05/2013		(9.156)	8,57	(16)
Sexto	(-) Canceladas	01/08/2013	_	(14.943)	8,57	(45)
	(-) Canceladas	26/09/2013	-	(11.649)	8,57	(40)
		0, 00, 00				
	Movimentação das ações no patrimônio					(2.420)

(3.430)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

c) <u>Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados</u>

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em 25/04/2008	Outorga em 05/03/2009	Outorga em 04/03/2010	Outorga em 24/02/2011	Outorga em 01/03/2012	Outorga em 28/02/2013
Total de opções de						
compra concedido	2.039.901	900.000	700.000	1.741.632	326.847	795.549
Preço de exercício	7,30	4,26	10,08	10,80	4,33	9,55
Volatilidade estimada	28,02%	36,50%	32,80%	27,60%	14,07%	25,51%
Dividendo esperado						
sobre as ações	6%	9%	4%	4%	7%	5%
Taxa de juros livre de						
risco média ponderada	13,00%	9,25%	11,25%	12,50%	9,50%	7,25%
Maturidade máxima	6 anos					
Maturidade média	2,5 anos					
Valor prêmio da opção Valor justo na data da	0,66	0,42	2,28	1,20	4,21	8,38
concessão	7,96	4,68	12,36	12,00	8,54	17,93

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções é calculado no momento da outorga e apropriado como despesa, em base linear, durante o período de aquisição do direito (*vesting period*).

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consc	olidado
	2013	2012	2013	2012
Receita bruta de vendas	2.634.648	2.226.809	2.711.363	2.324.450
Mercado interno	2.182.112	1.872.380	2.187.617	1.883.389
Ajuste a valor presente – AVP	(40.699)	(37.987)	(40.699)	(37.987)
Mercado externo	438.368	349.575	511.762	437.382
Ajuste a valor presente – AVP	(609)	(754)	(3.068)	(2.135)
Incentivos fiscais – Proapi/ Procomex	42.652	33.434	42.761	33.550
Reintegra	12.824	10.161	12.990	10.251
Devolução de vendas	(57.222)	(39.995)	(63.092)	(41.692)
Descontos financeiros	(127.443)	(110.524)	(130.750)	(113.485)
Impostos sobre a venda	(450.078)	(388.176)	(458.636)	(398.144)
Incentivos fiscais ICMS – Provin/ Probahia	149.207	133.251	149.892	134.331
INSS	(21.305)	(22.824)	(21.513)	(23.134)
	2.127.807	1.798.541	2.187.264	1.882.326

Impostos sobre a venda

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,00% a 18,00% 7.60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social	1,00%

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente dos custos dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

22. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos de calçados e móveis, conforme descrito na Nota 4.o. No segmento de calçados, embora destinados a diversos públicos e classes sociais não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. O segmento de móveis ainda não iniciou a produção, portanto ainda não gera receita.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes estão assim demonstrados:

		Contro	Consolidado			
	20	13	20	012	2013	2012
	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Receita bruta de vendas
Calçados						
Mercado interno	2.141.413	14.125	1.834.393	13.822	2.146.918	1.845.402
Mercado externo	493.235	40.707	392.416	36.417	564.445	479.048
Móveis						
Mercado interno	-	7.664	-	-	-	-
	2.634.648	62.496	2.226.809	50.239	2.711.363	2.324.450

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se aos investimentos de suas controladas: MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil), Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina), Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos), Grendene UK Limited (sediada no Reino Unido) e A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (sediada no Brasil).

O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na Nota 10.

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior (Grendene USA, Inc., Grendene Argentina S.A. e Grendene Uk Limited, nos Estados Unidos, Argentina e Reino Unido, respectivamente), e podem ser assim demonstradas:

	Consolidado		
	2013	2012	
Vendas brutas mercado externo a partir do:			
Brasil	452.116	357.749	
Estados Unidos	23.674	19.024	
Argentina	88.349	102.275	
Reino Unido	306	-	
	564.445	479.048	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

22. Informações por segmento--Continuação

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas no mercado interno ou externo.

Os ativos não circulantes no exterior representam aproximadamente 6% dos ativos não circulantes da Companhia.

23. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 – R1 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações das despesas por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	2013	2012	2013	2012
Despesas por função				
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	(1.181.159) (489.708) (71.881) 8.879 (4.247) (1.738.116)	(979.681) (422.568) (63.369) 5.632 (3.624) (1.463.610)	(1.193.562) (521.220) (79.032) 10.600 (4.817) (1.788.031)	(1.000.168) (450.965) (70.413) 5.752 (3.719) (1.519.513)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal Matéria prima Material de uso e consumo Fretes Publicidade e propaganda Licenciamento exploração direitos autorais Comissões Energia Depreciação e amortização Outras despesas	(541.739) (557.259) (72.547) (115.055) (153.440) (58.772) (96.045) (26.830) (34.523) (81.906)	(438.866) (452.962) (51.958) (91.614) (136.397) (54.158) (79.838) (26.316) (29.886) (101.615) (1.463.610)	(549.796) (557.607) (74.072) (119.888) (163.672) (58.772) (98.531) (27.665) (35.572) (102.456) (1.788.031)	(446.599) (461.581) (53.262) (95.727) (147.009) (54.158) (82.509) (27.322) (30.822) (120.524) (1.519.513)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consol	idado
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	1.898	1.874	1.903	1.889
Receitas com operações de derivativos				
cambiais – BM&F	18.191	14.834	18.191	14.834
Receitas de aplicações financeiras	80.890	92.609	81.856	93.747
Receitas com variação cambial	37.687	34.883	40.237	49.708
Ajustes a valor presente – AVP	38.656	41.272	38.656	41.272
Outras receitas financeiras	1.944	3.391	2.218	3.487
	179.266	188.863	183.061	204.937
Despesas financeiras				
Despesas com operações de derivativos				
cambiais – BM&F	(26.192)	(11.277)	(26.192)	(11.277)
Despesas de financiamentos	(8.571)	(6.790)	(19.643)	(9.223)
Despesas com variação cambial	(27.020)	(34.438)	(28.509)	(47.738)
Outras despesas financeiras	(2.566)	(2.488)	(5.140)	(4.222)
	(64.349)	(54.993)	(79.484)	(72.460)
	114.917	133.870	103.577	132.477

25. Seguros

A administração da Companhia, tendo com base a orientação de seus consultores de seguros, adota a política de contratar apólices de seguros junto as principais seguradoras do país em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e os riscos envolvidos em suas operações. As principais coberturas de seguros estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Abrangência	Montante da cobertura
Patrimonial	Os ativos imobilizados e estoques estão segurados para incêndios, vendaval, alagamento/inundação e danos elétricos.	
Lucro cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas.	R\$44.892
Responsabilidade civil	Operações industriais, empregador, produtos e danos morais.	R\$1.635
Aeronáutico	Casco, responsabilidade civil.	U\$3.500
Veículos	Danos materiais e responsabilidade civil terceiros.	100% FIPE e R\$90 RC Terc. DM e R\$330 RC Terc. DP
Transporte	Exportação e importação.	U\$2.000 por embarque